

# O MILAGRE ECONÔMICO E O REGIME MILITAR

## THE ECONOMIC MIRACLE AND THE MILITARY SCHEME

WATANABE, Robson Massaki <sup>1</sup>

PANATIERI, Cristiane Bianco <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo foi elaborado com base em revisão de literatura em trabalhos de autores importantes, na história brasileira da economia e administração de empresas de diversos autores reconhecidos internacionalmente. O trabalho tem o intuito de fazer um comparativo com as ações tomadas na época do “Milagre Econômico” na década de 70 e pelas reformas governamentais ocorridas, no período do regime militar de 1964 a 1985. Em destaque foi discorrido sobre o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O presente estudo tem como objetivo demonstrar, a importância de ferramentas econômicas e ferramentas da administração, que foram utilizadas no período do Regime Militar, sendo que as mesmas podem ser empregas nas instituições governamentais, assim como na Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), tornando-as mais eficientes, eficazes, efetivas, econômicas, excelentes e executando de forma adequada, a prestação do serviço público à população brasileira com qualidade e quantidade.

Palavras-Chave: Regime Militar. Administração. Economia.

### ABSTRACT

This article was prepared based on a review of the literature on the work of important authors in the Brazilian history of economics and business administration of several internationally recognized authors. The purpose of this paper is to compare the actions taken in the era of the "Economic Miracle" in the 1970s and by the governmental reforms that took place during the period of the military regime from 1964 to 1985. The main focus was on the Program of Economic Action of the Government (PAEG). The present study aims to demonstrate the importance of economic tools and administration tools that were used during the period of the Military Regime, which can be used in government institutions, as well as in the Military Police of the State of Goiás (PMGO), making them more efficient, effective, effective, economical, excellent and executing in an appropriate way, the provision of public service to the Brazilian population with quality and quantity.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, robson.watanabe@hotmail.com.br; Goiânia - GO, Junho de 2018.

<sup>2</sup> Professora orientadora: Especialista, professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, panatieri@hotmail.com, Goiânia – GO, Junho de 2018.

Keywords: Military regime. Administration. Economy.

## 1 INTRODUÇÃO

O significado de recessão econômica é o período onde há a queda do crescimento da economia, uma contração no ciclo econômico, criando uma retração por um determinado período de tempo, podendo ser por um curto período de tempo, aumentando com isso o déficit público, desemprego, queda da renda familiar, redução da taxa de lucro, aumento do número de falência das empresas, tendo concordatas como consequências, aumentando a capacidade ociosa e queda do investimento no país, desestabilizando o país desta forma (FARIA, C. C.).

Acredita-se que a recessão econômica, origina-se de uma política econômica com falhas, no planejamento, no gerenciamento, na distribuição de renda, políticas públicas, programas inadequados, nos momentos inoportunos.

Entende-se por crise econômica, um período de escassez do nível de produção, da comercialização e do consumo de bens e produtos, podendo haver contração ou estagnação, compondo-os os ciclos econômicos (FARIA, C. C.).

O militarismo, desde a Grécia antiga, é a ideia em que uma sociedade, é bem mais servida, de maneira eficiente, quando governada e/ou guiada por conceitos ou pessoas providas de cultura, doutrina e sistemas militares. O militar trabalha intensamente em prol de um objetivo a conquistar, no presente trabalho, será demonstrada, como através a organização militar, foi possível enfrentar a crise econômica que assolava o Brasil, compreendido no período de recessão da economia (KUNHAVALIK, 2009).

O Milagre Econômico foi o período entre os anos de 1969 à 1973, marcado por um forte crescimento econômico, nesta época o Brasil, se encontrava no Regime Militar, tendo como governantes Costa e Silva e logo após Governo de Médici, tendo sido alavancado por pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e demais estratégias na política brasileira e nas demais áreas. O País se encontrava com uma inflação elevada, aumento da dívida externa, com empréstimos cedidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com uma má distribuição de renda (AMORIM E NEDER, 2017).

O momento atual da economia do país, encontra-se em uma crise econômica, desde 2014, o presente artigo, pretende demonstrar os fatores positivos, no regime militar, aplicados durante o período que foi vivenciado pela população na economia brasileira no período do Milagre Econômico, onde foi constatado que a economia cresceu acima do esperado, sendo o maior crescimento registrado no Brasil, elencando no presente trabalho, a pesquisa realizada, que é possível acrescentar conhecimento aos gestores, como foi realizado as estratégias e programas, através de suas implementações, se adequando ao momento adequado.

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura, de acordo com o exposto nesta introdução, referente ao milagre econômico, na administração do país, a importância de sua gestão administrativa, em uma situação de crise econômica, onde foi possível, reverter o quadro de crise existente no país.

O Objetivo do presente artigo é demonstrar como foi eficiente a gestão militar no país, na década de 80, em uma situação de crise econômica e a possibilidade de acrescentar novas ferramentas da administração geral e pública, em conjunto com as demais áreas de conhecimento, assim como para a própria POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS, em um contexto de uma organização militar, a tradição que existe no cotidiano castrense, aplicando-as com uma maior ênfase nas teorias e princípios relacionados à administração, assim dessa forma, auxiliando na organização da instituição governamental, com planejamento, controle e o aproveitamento, se possível de todos os recursos disponíveis, desde aos recursos materiais, humanos e intelectual, tornando-a mais eficiente, eficaz e com efetividade.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 O CAPITALISMO**

O atual mundo globalizado, gira em torno de capital, sendo isso uma troca de valores, desde materiais e até intelectuais, claramente é visto o plano econômico deste sistema, envolvendo o processo de organização de trabalho e o próprio capital (TEIXEIRA e SOUZA 1985, p 65-67).

A produção capitalista envolve diversos processos, ao mesmo tempo, tendo em comum o trabalhador, de acordo com suas peculiaridades. As condições

encontradas e o ambiente laboral, estes fatores que são de extrema importância, para desenvolver o projeto dos capitalistas, pois com as ferramentas necessárias, geram grande valor real, transformando o material bruto, lapidando-o e agregando valor ao produto final (MARX, 1984, p. 43-44).

## 2.2 A CRISE DE 1929

A Crise de 1929, conhecida como “A Grande Depressão”, foi uma crise econômica que se prolongou ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), sendo considerado o pior e mais longo período de recessão econômica global (MAZZUCHELLI, 2008).

A Crise foi se alastrando com o tempo, por não ter uma resposta política adequada ao ambiente econômico global, assim nos dizeres de MAZZUCHELLI:

As respostas iniciais à crise de 1929 (ao contrário das intervenções atuais) foram completamente insuficientes e desastrosas: as ações de *lender of last resort*, do mesmo modo que as iniciativas no plano fiscal, eram incompatíveis com os mandamentos sagrados do padrão-ouro. O resultado foi a propagação das quebras, a contração da produção e a explosão do desemprego (MAZZUCHELLI, 2008).

Neste período, encontrava-se em nosso país, fortes traços patrimonialista, como o nepotismo e a corrupção, tornando a mesma uma máquina administrativa ineficiente, ineficaz e obsoleta. Tendo a necessidade de ser implantado um novo sistema de gerenciamento no Estado, para suprir estas lacunas existente, para torna-la: eficaz, eficiente e moderna.

No Brasil, já estava em transição à troca de sistema de governo, do sistema patrimonialista para o sistema Burocrático, cujo tem aspectos em essência são as normas e regras, já pré-definidas (CHIAVENATO, 2012).

## 2.3 A TEORIA DA BUROCRACIA NO BRASIL

Max Weber (1864-1920) foi um sociólogo, alemão, cientista político e economista, é o autor que se destacou na Teoria da Burocracia, é baseada na autoridade e na ordem de comando, destacava como de importância três tipos de autoridades, a saber: autoridade racional, autoridade carismática e autoridade racional-legal (CHIAVENATO, 2012).

Em seus estudos destacava-se a autoridade racional-legal, sendo o mais adequado no ambiente governamental, ou seja, o ambiente político, sendo o baseado em normas e regras, além de princípios a serem cumprido por todos, da mesma forma, sendo de fácil entendimento, previsibilidade de ações, decisões a serem tomadas, assim como combater o patrimonialismo, sistema que vigorava e existe hoje na política brasileira (CHIAVENATO, 2012).

Segundo CHIAVENATO (2012), constituem princípios orientadores do seu desenvolvimento: a profissionalização, a ideia da carreira (meritocracia), a hierarquia funcional, a impessoalidade e o formalismo, em síntese o poder racional-legal. Estes controles administrativos tem como objetivo a evitar e erradicar a corrupção e o nepotismo, são sempre *a priori*, ou seja, procedimentos preventivos.

O estado necessitava de uma ordem de comando, para combater as prebendas e sinecuras na instituição, tendo em vista, foi necessário criar uma escala hierárquica verticalizada, onde as decisões estratégicas são tomadas pela cúpula da própria administração (CHIAVENATO, 2012).

Em uma administração pautada por corrupção e “favoritismo” dentro da própria gerava o benefício para alguns com mais “poder”, sendo a população em sua maioria, que necessitava da devida ajuda do Estado (CHIAVENATO, 2012).

Por não haver um padrão adequado de atendimento, em nossa administração pública vigente, na década de 30, foi necessário criar os procedimentos adequados, para ter um controle, do que está sendo feito e o que deixa de ser feito. Podendo haver este controle e gerir a máquina administrativa (CHIAVENATO, 2012).

## **2.4 O MILAGRE ECONÔMICO**

O Milagre Econômico Brasileiro ocorreu no período de 1968-1973, onde foram registradas elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), sendo registrado nos valores de 11% ao ano (a.a.), uma elevação da taxa, surpreendente em que o País estava em evidente crise econômica com a inflação alta no mercado, com as políticas adotadas neste período, esse mesmo rápido crescimento foi acompanhado com o declínio da inflação, para o cotidiano do brasileiro, ainda comprovando superávits no regime militar (VELOSO, et. al, 2008).

Mesmo não havendo consenso sobre as determinantes do Milagre, por ser um tema bastante discutido na área econômica, com muita frequência, diversos

argumentos surgem após a década de 70, uma grande importância deve ser destacada à gestão no Governo Castelo Branco (1964-1967), pois foi implantado diversas políticas econômicas que ajudaram a acontecer o Milagre (VELOSO, et. al, 2008).

Existem controvérsias sobre o tema abordado, tendo sido amplamente pesquisado e debatido por diversos estudiosos e especialistas, não havendo um consenso definido, mas todos abordam três pilares sobre o assunto do milagre econômico. O primeiro pilar enfatiza a importância da política econômica no período, destacando a política monetária e creditícia expansionista e os incentivos às importações. O segundo pilar dá importância, ao ambiente externo favorável, pelo motivo da grande expansão da economia internacional, melhorando os termos de troca e crédito externo farto e barato. O terceiro é referente às reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) do Governo Castelo Branco (1964-1967), em particular às reformas fiscais/tributárias e financeira, que criou as condições para a aceleração subsequente do crescimento. (VELOSO, et. al/2008).

## **2.5 O PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO “PEAG”**

O Programa de Ação Econômica do Governo “PEAG”, foi desenvolvido para conseguir como objetivo a estabilidade monetária, para conter os altos índices de inflação, pois é tida como o obstáculo para o desenvolvimento econômico. O PEAG tinha como objetivo combater as seguintes causas da inflação: déficit no setor público, excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos salariais, para com isto, atingir as metas governamentais (VELOSO, et. al, 2008).

A inflação crescia por conta do excesso da demanda, decorrente dos gastos do governo de forma desenfreada e da elevada propensão a consumir um resultado da política fraca dos períodos anteriores em conjunto com a expansão do crédito.

Destacando-se a criação do Banco Central do Brasil, para colaborar no controle da inflação que assolava o país, que estava a enfrentando uma recessão econômica.

Segundo Dos Santos (2002), O Banco Central do Brasil (BACEN) foi uma das instituições criadas no governo Castelo Branco, com decisiva participação de Roberto Campos, que não atuou como os seus idealizadores desejavam. Tanto

Campos como Bulhões queriam que o presidente do Banco Central tivesse mandato fixo com o intuito de garantir a estabilidade e a continuidade da política econômica, ou seja, para eles o BACEN deveria ser uma instituição totalmente independente.

O Regime Militar, impõe de forma autoritária uma solução para a crise política, com o apoio de Castelo Branco, é lançado o PEAG, tendo como ministro Roberto Campos e Octavio Gouvêa de Bulhões, para auxiliar na administração do país, tendo estes como dois objetivos principais:

- 1 – Aplicar políticas conjunturais de combate à inflação, e;
- 2 – Reformas estruturais.

## **2.6 O GOVERNO COSTA E SILVA**

Em 1967, assume como Presidente da República, Costa e Silva (1967-1969), tendo como Ministro da Fazenda Delfim Neto, adotando as políticas necessárias para o governo, como principal objetivo diminuir a inflação que assolava o Brasil. Em seu primeiro ano, 1967, foi registrado o crescimento de 4,2% a.a., em 1968, ocorreu de fato o primeiro ano do Milagre Econômico, com o crescimento de 9,8 %, em 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973, o crescimento do PIB foi, respectivamente, 9,5 %, 10,4 %, 11,3 %, 12,1 % e 14%. Tendo uma média de crescimento de 11,2 a.a. (VELOSO, et. al, 2008).

## **2.7 OS FATORES E CARACTERÍSTICAS DO MILAGRE ECONÔMICO**

O cenário político já estava conturbado com os movimentos estudantis somando com os movimentos dos trabalhadores, reivindicavam o crescimento elevado, foi alavancado pela criação do Banco Central do Brasil, o decreto-lei 157, Criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), as reformas tributárias, a política monetária expansionista e fiscal de Delfim Neto, com o aumento da participação das estatais nos investimentos, a capacidade ociosa herdada do regime militar de 1962-1967, necessidade do regime militar permitindo centralizar o poder (VELOSO, et. al, 2008).

A inflação estável, com a política fiscal restritiva, aumentado a arrecadação do Produto Interno Bruto (PIB), reforma financeira, tendo correções monetárias, a política salarial restritiva, corrigindo pela média, controle de preços através da Comissão Interministerial de Preços (CIP), herdada do período de 1962-1967 e com

o regime militar permitiu o controle de preços, contenção de salários e aumento da carga tributária (VELOSO, et. al, 2008).

O Balanço Patrimonial positivo e o controle do endividamento externo, a reforma financeira com a lei 4390 e Instrução Normativa 289 da SUMOC e Resolução 63 do BACEN, controlando a taxa de câmbio, compensando dessa forma a poupança, como resultado tendo a expansão do comércio internacional (VELOSO, et. al, 2008).

O Comércio Exterior facilitou a abertura ao mercado, com a reforma tributária, garantindo redução de impostos, por exemplo, isenção de impostos para exportações de produtos industrializados, com essa evolução na economia nacional, aumentando a necessidade de bens de capital e de insumos, expandindo para o comércio mundial, melhorando os termos de troca para o país (VELOSO, et. al, 2008).

## **2.8 SERVIÇO PÚBLICO ORIENTADO PARA O CLIENTE**

O mundo globalizado foi surgindo as necessidades de melhorias administrativas com o uso de ferramentas administrativas que possam melhorar e adequar o serviço público, tornando-as a cada momento melhores, para a população que se torna mais exigente, na prestação dos serviços essenciais, pelos cidadãos (Eddie Kou, 1999).

O serviço público orientado para o cliente, torna-se essencial para atender a demanda que surge na gestão pública, visando atender o cidadão como cliente, valorizando-os, melhorando a qualidade do serviço de acordo com as necessidades, desenvolvendo-as e aprimorando-as de acordo com as necessidades encontradas no cotidiano da população (Eddie Kou, 1999).

Segundo Abrucio (1997), “toda a reflexão realizada pelos teóricos do PSO leva aos temas do republicanismo e da democracia, utilizando-se de conceitos como *Accountability*, transparência, participação política, equidade e justiça”.

É de suma importância perceber que o contribuinte assim como cidadão é o cliente, que este financia o governo, para bens de qualidade e quantidade, que se exige em uma democracia (PALUDO, 2013).

### 3 RESULTADO E DISCUSSÃO

O capitalismo surge no mundo globalizado, trazendo consigo grandes mudanças significativas no mundo globalizado, com o aumento da produção e o consumo de bens, com a expansão de mercado e a procura de novos consumidores, fornecedores para girar o capital acumulado pelas riquezas governamentais, espalhados pelo globo terrestre. Com a revolução industrial, a produção em grande escala, favoreceu os países mais desenvolvidos, que passaram a ter o controle da economia mundial.

A crise de 1929, a quebra da bolsa de Nova York, afetou drasticamente, todos os países, alterando várias taxas econômicas, causando inflação e descontrole dos preços praticados no mercado global, o Brasil foi afetado de certa forma, porém não foi percebido da forma adequada e tendo o tratamento e resposta adequado, sobre as questões econômicas.

O Milagre Econômico (1968-1973) foi um período histórico na economia brasileira, onde foram constatados altos índices de elevação do Produto Interno Bruto (PIB). Foi ocorrido no período do Regime Militar, comprovando as necessidades de uma gestão econômica e administrativa, mais coesa e eficiente.

O Programa de Ação Econômica do Governo “PEAG”, implantado no governo do Regime Militar, durante o governo de Castelo Branco, foi de grande importância para controlar os índices inflacionários constatados na época da crise (BARBOSA; BARBOSA FILHO, 2014).

Foi demonstrado que foram aplicadas teorias e ferramentas econômicas e administrativa, mostrando a ênfase nas ferramentas econômicas, com o objetivo de apresentar a importância das ferramentas administrativas no momento atual da economia do país (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

A burocracia foi essencial no desenvolvimento do país, pois era preciso conter os altos índices de nepotismo e corrupção, porém não foi implantada totalmente no Brasil, por questões políticas que atrapalharam, ser aplicada na essência a teoria da burocracia de Max Weber (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Corroborando com o tema abordado foram apresentados diversos autores e ferramentas administrativas que auxiliam no cotidiano governamental, que podem ser utilizadas em qualquer esfera institucional.

As mudanças que foi desenvolvida no país, foi necessário para ajudar na economia, com as implementações das teorias econômicas (FAUSTO, 2006).

No Brasil, teve duas fases: a primeira, modelo clássico, corresponde ao período de 1930-1945, período com ênfase na reforma dos meios e o autoritarismo, sendo modelo fechado e autorreferido, tendo o término no fim do Estado Novo. A segunda fase, estendeu-se até o início da reforma gerencial, com ênfase no desenvolvimento (PALUDO, 2013).

Assim como foi a crise de 1929, a atual crise possui suas peculiaridades que devem ser administradas, com reformas em vários setores responsáveis, reconstruindo nossas instituições reformulando os aparelhos estatais, reconstruindo-as, com o objetivo de formular as diretrizes básicas de desenvolvimento nacional, controlando o fluxo de capitais para o exterior, reformular as políticas fiscais, tanto a médio e longo prazo (CANO, 2009).

As intervenções econômicas realizadas no milagre econômico foram necessárias, para melhorar a economia do país, para ter o desenvolvimento e sair da crise econômica (BATARRA, 2010).

É necessário harmonizar os esforços para o objetivo de alcançar o bem maior para a população com uma gestão democrática adequada (PEREZ, 2004).

O ambiente administrativo é sempre mutável em constante mudanças, novas ferramentas administrativas surgem a todo momento, com novos teóricos, a instituição, deve estar em condições de acompanhar essas mudanças necessárias (CHIAVENATO, 2012).

É necessário a cooperação de todos os atores responsáveis pela participação das reformas administrativas, para obter sucesso, porém na história do Brasil, as reformas nunca foram concretizadas, por questões mais políticas do que administrativas, sempre envolvendo o poder de controle sobre os demais atores que atuam em nossa administração pública governamental (RESENDE 2002).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento do presente artigo, teve como objetivo, demonstrar a importância da utilização de teorias econômicas e administrativas, assim como, sendo necessário ser aplicada por especialistas, principalmente na gestão

governamental, sendo de suma importância estatal, os profissionais, os gestores da máquina administrativa institucional, adquirir conhecimentos essenciais para o Estado, assim como para a população brasileira, o maior beneficiário, dos resultados que serão obtidos no país, com a gestão adequada de recursos, tanto financeiros como recursos intelectuais e recursos humanos, disponíveis no Brasil.

O milagre econômico, foi o período em que foi necessário o uso de teorias da economia e da administração, para serem empregadas no cotidiano governamental, no período do regime militar, estes meios foram empregados, para conter os altos índices de inflação, presente no período anterior ao milagre econômico.

Com o uso dos princípios econômicos e administrativos, foi possível elevar o Produto Interno Bruto (PIB), do país, com a contenção dos índices da inflação, melhorou a economia do país, tanto de forma interna e externa. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), foi de grande importância, para contornar o momento de crise econômica.

Ambas disciplinas se tornam essenciais no nosso cotidiano, tanto no presente momento, como foi no passado, necessitando uma ênfase, na aplicabilidade na administração governamental.

De acordo os estudos apresentados foram demonstrados que é possível adequar novas ferramentas administrativas, ao nosso cotidiano governamental, sendo assim, a própria administração evoluiu com o passar do tempo, sendo aplicado as diversas teorias, métodos e princípios em nosso momento contemporâneo.

O mundo globalizado é mutável e incontrolável, estando sempre sujeito a constantes mudanças, administrativas, financeiras, econômicas, políticas e etc. havendo sempre a necessidade de adequação de acordo com a situação encontrada.

As instituições devem acompanhar as mudanças teóricas, se preocupando com o todo, tendo assim uma visão holística, para acompanhar o mercado e poder gerir a máquina estatal, que é o patrimônio brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Daniela; NEDER, Vinicius. **Última recessão econômica no País foi a mais intensa desde 1980, aponta Comitê da FGV.** São Paulo - SP: O Estado de S.

Paulo, 30/10/2017. Disponível em: <O Estado de S. Paulo>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BARBOSA, Fernando de Holanda; BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **O Brasil pode repetir o milagre econômico?** Rio de Janeiro - RJ: Rev. Econ. Polit., /2014. 34 v. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16918/Seminário 10o Fórum de Economia FHBF.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16918/Seminário_10o_Fórum_de_Economia_FHBF.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BRASIL.

[http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores\\_orientacoes\\_basicas\\_aplicadas\\_a\\_gestao\\_publica.pdf](http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores_orientacoes_basicas_aplicadas_a_gestao_publica.pdf)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **BUROCRACIA PÚBLICA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL.** Rio de Janeiro - RJ: Revista de Sociologia e Política, 2008.

BATARRA, Fernando Watanabe. **O PAEG e o "Milagre Econômico" Brasileiro.** Ribeirão Preto - SP: USP, 2010. Disponível em: <<http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/81/811004/tce-22052013-090329/publico/FernandoWatanabeBatarras.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

CANO, Wilson. **América Latina: notas sobre a crise atual.** 3. ed. Campinas - SP: Econ., 2009. 18 v. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182009000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182009000300008)>. Acesso em: 2 fev. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública.** 3. ed. Barueri - SP: Manole, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública.** 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Elsevier, 2008. (Provas e Concursos).

FARIA, C. C. **Recessão Econômica.**

<https://www.infoescola.com/economia/recessao-economica/>> Acesso em: 02 fev. 2018.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** 2. ed. – São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GIAMBIAGI, Fábio. VILLELA, André. [et al.]. **Economia brasileira contemporânea**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. – 10ª reimpressão.

KOU, Eddie. SERVIÇO PÚBLICO ORIENTADO PARA O CLIENTE: **IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE CARTA DE QUALIDADE E ISO 9000**. 44. ed. Taipa, Macau, China: Universidade de Macau Administração, 1999-2000. 409 p. 12 v. Disponível em: <[http://www.safp.gov.mo/safppt/download/WCM\\_004203](http://www.safp.gov.mo/safppt/download/WCM_004203)>. Acesso em: 2 fev. 2018.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960**. Florianópolis - SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92672/272750.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro - RJ: Rev. Bras. Econ., 2008. 62 v.

MOTTA, Fernando Carlos Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. São Paulo - SP: Cengage Learning, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>>. Acesso em: 02 fev 2018.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A crise em perspectiva: 1929 e 2008**. São Paulo - SP: Novos Estudos - Cebraps, 2008. 57 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n82/03.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

PEREZ, Marcos Augusto. **Administração pública democrática - institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte - Mg: Fórum, 2004.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: Elsevier, 2013.

RESENDE, Flávio da Cunha. **Por que as reformas administrativas falham ? 50**. ed. [s.l.]: Rbcs, 2002. 17 v. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n50/a08v1750.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

SANTO, Ivanise Hosana do Espírito. **Terceirização de Serviços Públicos e Reforma Gerencial- O Caso Secretaria da Fazenda de Pernambuco**. Rio de Janeiro - RJ: Fundação Getúlio Vargas, 122010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8052/1418002.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. **ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS homem de ação do governo Castelo Branco**. 2. ed. São Paulo - SP: Perspec., 2000. 14 v. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9794.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

TEIXEIRA, Déa Lúcia Pimentel; SOUZA, Maria Carolina A. F. **Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro - RJ: Rev. Adm. Emp., 1985. 65 p. 65 f. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v25n4/v25n4a07.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **As Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Rio de Janeiro - RJ: Rev. Bras. Econ., /2008. 62 v. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402008000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006)>. Acesso em: 02 fev. 2018.